

3. O papel das atividades culturais na formação histórica do grande público

Ao longo de todo o processo de pesquisa, uma das minhas principais preocupações foi ter em mente a importância de utilizar um dos capítulos desta dissertação como forma de materializar toda a reflexão construída ao longo dos capítulos anteriores através da criação de uma atividade cultural que tivesse como objetivo não apenas sistematizar as ideias defendidas por mim ao longo deste trabalho, mas que também pudesse ir além das páginas desta dissertação e contribuir de forma pragmática na construção de uma cultura histórica ligada à escravidão e à experiência do negro africano no Brasil. Para além disso, acredito também contribuir com os debates acadêmicos em torno da produção de uma história pública em que não apenas a representatividade do negro africano está em questão, mas também a complexidade de um passado histórico escravista, que carrega em si não apenas as memórias do protagonismo negro, mas também um passado de violência e opressão que deve ser problematizado nos dias de hoje como um dos pilares do preconceito racial, por exemplo.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo lançar mão de um projeto de atividade cultural que tenha relação com os debates mais recentes em torno da história pública e da representatividade do negro africano escravizado no Brasil, em que há a defesa de uma narrativa que privilegie o protagonismo e a resistência africana dentro do sistema escravista, a fim de colaborar com a desconstrução de estereótipos que relacionam quase que naturalmente a imagem do negro à escravidão e contribuam para construir no imaginário social o entendimento acerca do africano e seus descendentes para além da condição de escravos. Certamente, elaborar uma proposta de atividade que carregue consigo a responsabilidade de entreter e ao mesmo tempo construir saberes críticos sobre o passado escravista não será nada fácil. Mesmo assim, erros e acertos à parte, acredito ser esta uma proposta que só tem a somar tanto com o que está sendo produzido no ambiente acadêmico sobre o assunto, tanto com as iniciativas em torno da valorização da memória da escravidão e

com a luta historicamente erguida por movimentos sociais e lideranças em torno dos direitos do negro no país.

Um importante e necessário debate que cresceu bastante entre acadêmicos e estará presente ao longo deste capítulo, diz respeito às representações midiáticas que são criadas acerca do contexto escravista e de que forma estas mesmas representações interferem na formação histórica do público não especializado na área de História. Ao longo do tempo, muitos discursos foram construídos, sobretudo no âmbito da história pública, com base na exibição da violência como característica principal do período escravista, o que contribuiu para a formação de uma cultura histórica acerca da escravidão e dos africanos quase que incapaz de apontar o protagonismo dos negros e as diferentes formas de resistência e relações que foram construídas dentro do sistema escravocrata. Não levanto a bandeira da omissão e do silenciamento da violência física e moral produzida pela escravidão, mas defendo a ideia de que cada vez mais a história pública, seja ela produzida dentro ou fora da escola, esteja interessada e fortemente preocupada em desconstruir estereótipos e colaborar para a formação de uma consciência histórica problematizada referente ao período escravista, e acredito que um dos caminhos é estreitar cada vez mais o diálogo entre história pública e academia.

A historiadora Ana Lúcia Araújo, professora da Universidade de Howard, publicou recentemente uma resenha, na revista *Afro-Ásia*, sobre o filme *Doze anos de escravidão*, ganhador do Oscar de melhor filme, em 2013, e dirigido pelo britânico Steve McQueen. Ao longo do texto, Araújo constrói seu argumento em torno das cenas surpreendentemente reais dos açoitamentos, torturas, estupro e humilhações, alegando que embora tenha sido uma das produções mais bem feitas e de maior sucesso dos últimos anos sobre o tema da escravidão, o filme se mostra como mais uma produção no âmbito da história pública que explora o tema da escravidão sob o foco da violência física e moral, o que limita a afirmação da ideia de que esses mesmos africanos escravizados eram sujeitos da própria história e que o sistema escravista não pode ser reduzido às ações de violência. Para a autora:

(...) Mesmo sendo a grande ênfase nas punições físicas apresentadas no filme esclarecedoras para a compreensão da escravidão e da violência contra os afro-americanos, que continuou a se intensificar no período pós-emancipação, esse foco

coloca homens e mulheres escravizados em posição indefesa, negando-lhes qualquer tipo de protagonismo e meios de resistir aos horrores da escravidão. Tal imagem, aliás, não é diferente da que predomina na memória pública e coletiva da escravidão no Brasil, nos EUA, na Inglaterra, e em outros países de passado escravocrata, e que é particularmente visível em exposições sobre a escravidão em vários museus nesses países. (...) Mas, ao mesmo tempo, seria importante ter em mente, que quem nasceu escravizado e que não teve a oportunidade de ser libertado também encontrou numerosas maneiras de resistir e negociar suas vidas, mesmo vivendo sob um assombroso sistema de extrema violência. Esses homens e mulheres também foram ativos combatentes e sobreviventes, e não apenas vítimas passivas como são às vezes retratados no filme¹.

E acrescenta:

A desunamização é representada pela perda do controle dos escravos sobre seus próprios corpos. Isso é visível nas repetidas cenas de castigos físicos com chicotes, correntes, algemas e outros instrumentos de tortura. O filme também enfatiza a promiscuidade imposta a homens, mulheres e crianças escravizados. Northup [um dos personagens] e outros cativos mantidos com ele dormiam e tomavam banho juntos, compartilhando seus corpos nus e feridos².

As considerações e os argumentos da autora são extremamente plausíveis e trazem sentido ao debate sobre a representatividade do passado escravista levantado por mim nestas páginas iniciais, mas é válido levarmos em consideração o fato de que se trata de uma produção hollywoodiana e, portanto, com um roteiro voltado para a espetacularização dos fatos, além do ponto de vista do diretor em considerar que representar a escravidão é antes de qualquer coisa relatar os usos da violência. Assim, um de seus objetivos principais foi retratar o sistema escravista enquanto tortura e terror, e este efeito é alcançado com muito sucesso já que as cenas que retratam as atrocidades ocupam uma posição particular, o que faz com que os espectadores se tornem testemunhas oculares do horror. Em entrevista à Folha de São Paulo³, McQueen afirma:

Dizem que o filme é brutal, mas estou contando uma história sobre escravidão. É preciso mostrar a violência não só física, mas psicológica também e isso se aplica muito ao Brasil, onde a escravidão deixou um grande legado. Todos que virem o filme devem se confrontar com o próprio passado.

¹ ARAÚJO, Ana Lúcia. "Doze anos de escravidão e o problema da representação das atrocidades humanas" IN *Revista Afro-Ásia*, n.50, ed.2015, p.263.

² Idem, p.259.

³ Entrevista publicada em 07/02/2014 e disponível no endereço eletrônico do jornal: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/02/1408644-e-preciso-mostrar-a-violencia-da-escravidao-diz-diretor-de-12-anos.shtml>.

O confronto com o próprio passado mencionado pelo diretor é importante e necessário, uma vez que possibilita reconhecer a prática da escravidão enquanto uma violação aos direitos humanos e instiga a reflexão sobre o papel da sociedade civil em relação ao combate do racismo em políticas públicas voltadas para a inserção do negro nos diferentes setores sociais. Contudo, acredito que a abordagem do passado escravista pela história pública não necessariamente tenha que optar por uma sensibilização para a consciência histórica através da exposição dos atos de violência e brutalidade, uma vez que se corre o risco de insuflar na população negra a vergonha pela cor e trajetória de vida, que mesmo sofrida deve ser reconhecida como uma experiência de luta e resistência, além das heranças culturais que influenciam na formação identitária da sociedade brasileira.

A problemática acima nos convida a refletir sobre os usos da história pública e seus efeitos na formação da consciência histórica do grande público e, nesse sentido, atividades como as visitas guiadas, exposições em museus, documentários, teatro, desfiles de escola de samba, entre outras, assumem a responsabilidade de influenciarem e contribuírem na construção de saberes sobre o passado histórico e na reflexão crítica sobre o presente. Há de se pensar sobre os agentes que atuam na produção de história pública e como atuam; quais os temas que estão sendo divulgados e de que forma essa divulgação ocorre. Isso não quer dizer que a história pública estará necessariamente sob monopólio de historiadores, tão pouco estará restrita a escolha de temáticas, mas é fundamental que o trabalho com o grande público tenha para além de qualidade, responsabilidade histórica. Nas últimas décadas, os meios de divulgação do conhecimento histórico se alargaram e a história pública passou a ser pensada dentro e fora da academia como uma ferramenta de democratização do conhecimento. Sobre isso, a historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca expõe a seguinte ideia:

Mais difundido em países de língua inglesa do que entre nós, essa ideia [história pública] parece ter se desenvolvido em associação não apenas com o estudo das diferentes formas de divulgação do conhecimento histórico, como também com as realidades e necessidades de enquadramento profissional da área, fora do âmbito acadêmico e do ensino formal. No Reino Unido e nos EUA, esses foram elementos motivadores para a construção do que seria uma forma diferenciada de inserção do conhecimento histórico e próximas do grande público, respectivamente. Assim, outras instituições e espaços, tais como museus, arquivos, televisão, cinema,

centros de memória, parques, seriam *locus* possíveis de reflexão sobre a História, de sua divulgação para o público e de trabalho para pessoas com formação na área. Outras instâncias seriam as publicações de divulgação científica e, mais recentemente, os blogs, sites especializados, etc.⁴

E acrescenta:

(...) Estas diferentes formas de mídia que se dedicam à divulgação do conhecimento histórico para o público não especialista, e que são também utilizadas no ensino da disciplina, permitem sua análise sob o ponto de vista da história pública. Elas mobilizam o conhecimento histórico produzido academicamente e o reinventam para o consumo. Sim, essa é uma ideia que costuma provocar alguma repulsa, mas é efetivamente o que tem ocorrido em escala cada vez maior diante da expansão tecnológica da mídia, principalmente, da internet e da transmissão televisiva a cabo. O debate coloca de um lado historiadores com o privilégio de contribuírem com uma produção vista como legítima, porque é avaliada pelos critérios de validação acadêmica e que cobram correção destas formas "legais" de apresentação da História. De outro lado, professores e historiadores que trabalham fora desses espaços, mas almejam ter sua produção reconhecida pelo alcance social que ela tem, como é o caso dos que trabalham em escolas, museus, arquivos, centros de memória, empresas (...) E, ainda, jornalistas e pessoas com outras formações e que por motivos variados, acabam por dedicar-se a alguma forma de pesquisa histórica. A atuação dessas pessoas no campo da História atinge vários públicos que quase sempre estão desligados do mundo acadêmico e que é certamente mais vasto que ele. (...) A história pública relaciona-se a propósitos que vão além da realização de testes de doutorado e programas de pesquisa. Passam pela relação com a consciência histórica, ou mesmo por sua produção, pela relação com as memórias individuais e coletivas, pela mobilização de comunidades, pela disponibilização de acervos de conhecimento.⁵

Os trechos acima problematizam a produção de história pública e ressaltam sua importância frente à sociedade e comprometimento com a formação histórica de grupos e indivíduos. Sinalizam seu papel como uma porta de entrada, nos dias de hoje, para a divulgação das pesquisas científicas e os entraves enfrentados por profissionais da área pelo reconhecimento da legitimidade daquilo que produzem. As críticas quase sempre estão pautadas na alegação de que aquilo que é produzido fora da academia, em geral, não está necessariamente preocupado em agregar qualidade, mas sim gerar lucros, ou seja, ter retorno financeiro através da divulgação do conhecimento histórico. Sem dúvida, o olhar para o consumo é real e em muitos casos uma demanda importante e imprescindível e que não determina a

⁴ FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. "Mídias e divulgação do conhecimento histórico" In *Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. V.4, n.11, 2012, pg.132.

⁵ Idem. pgs. 136 e 137.

falta de diálogo com aquilo que está sendo produzido na academia e com a capacidade de divulgação crítica dos temas propostos, embora muitos trabalhos realizados no contexto da história pública tenham fragilidades. Minha preocupação aqui é distanciar generalizações em torno da publicização da história e destacar a possibilidade de efetivamente produzir trabalhos que tenham a capacidade de formar discursos que construam saberes para o público não especializado.

O termo história pública significa “acesso irrestrito de um conhecimento histórico franqueado a todos”, enquanto consciência histórica é aquilo que “designa o modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem”⁶, de acordo com a historiadora Sara Albieri. Ao apresentar tais definições a autora busca articular argumentos em torno da importância em estabelecer uma sintonia entre a pesquisa histórica realizada na academia e a publicização da mesma, a fim de facilitar o acesso à História e contribuir para a construção de uma consciência histórica. No entanto, há um sentido prático e de relação com a comunidade na produção de história pública, que não necessariamente está atrelado ao campo do ensino, mas que a meu ver, não torna a história pública um campo descomprometido com a formação histórica da sociedade. De acordo com a Rede Brasileira de História Pública:

A noção de história pública é tão ampla que quase qualquer atividade que o historiador desenvolva fora do campo de ensino e da pesquisa universitária pode ser considerada como história pública. Este sentido prático e de relação com a comunidade chamou atenção dos historiadores e tem contribuído para a resolução de problemas sociais mediante o uso de testemunhas para processos de memória histórica, pós-conflito, recuperação de identidade das comunidades e do patrimônio material e imaterial das regiões. Ademais, levou a consideração de novos projetos de história aplicada em âmbitos públicos e privados, como também empreendimentos de historiadores que criaram empresas lucrativas onde a história se afasta totalmente do ensino para atuar no setor de serviços, como na contribuição para organização de arquivos empresariais (memória empresarial/institucional), ou no fornecimento de "produtos" para a definição e litígios legais, como nos casos de definição dos territórios naturais de certas comunidades. Também se incluem no campo da história pública a assessoria em restauração e conservação patrimonial.⁷

⁶ ALBIERI, Sara. "História pública e consciência histórica" In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p.19-28.

⁷ Disponível em: <http://historiapublica.com.br/>. Acessado em: 03/07/2014.

Diante desta discussão, o referido capítulo tem como pretensão elaborar uma proposta de atividade cultural que exemplifique a possibilidade de diálogo entre história pública e produção acadêmica na área de História, além de estabelecer estratégias que tornem evidente a possibilidade de construir uma reflexão crítica sobre o tema abordado entre o grande público. A ideia de formação histórica é largamente discutida pelo historiador e filósofo Jorn Rusen, que afirma haver múltiplos processos de aprendizagem que corroboram com a construção da consciência histórica. É, portanto, neste sentido, que a atividade cultural proposta neste trabalho se insere: como um dos processos de aprendizagem capaz de colaborar na construção de saberes sobre o passado histórico, e não apenas na circulação de informações em discursos vazios de problematizações. Para Rusen:

(...)Formação histórica é todo o processo de aprendizagem em que "história" é o assunto e que não se destinam em primeiro lugar a obtenção de competência profissional. Trata-se de um campo a que pertencem inúmeros fenômenos do aprendizado histórico: o ensino de história nas escolas, a influência dos meios de comunicação de massa sobre a consciência histórica e como fator da vida humana prática, o papel da história na formação os adultos como influente sobre a vida cotidiana - em suma, esse campo é extremamente heterogêneo.⁸ (...) A consciência histórica será analisada como fenômeno do mundo vital, ou seja, como uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam suas experiências da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente sua vida prática no tempo.⁹

Portanto, a partir do fragmento acima, verifica-se que atividades culturais como a que será proposta neste capítulo, bem como as visitas guiadas organizadas pelas fazendas e que foram analisadas no capítulo anterior, são ações que por fazerem parte da história pública devem ter como objetivo contribuir para a formação de uma consciência histórica através de suas narrativas e, para tanto, é fundamental que promovam o contato dos visitantes com elementos da vida prática, ou seja, que aproxime o grande público de suas realidades e de elementos que os ajudem a fazer relações entre diferentes tempos e espaços. As atividades culturais para o grande público, então, fazem parte do conjunto de experiências temporais

⁸ RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Universidade de Brasília. 2010, p.48.

⁹ Idem, p. 57.

que grupos e indivíduos vivenciam, o que influencia diretamente no processo de construção da consciência histórica.

Com frequência, estudos e trabalhos voltados para a trajetória de africanos escravizados no país se multiplicam, o que evidencia uma crescente preocupação, nacional e internacional, com a divulgação da história e da memória de homens e mulheres mantidos aqui como escravos desde o período colonial. A historiografia sobre o tema vem crescendo bastante, e desde a década de 1980, se inclina fortemente nos debates em torno do protagonismo dos escravizados e na problematização da dinâmica do sistema escravocrata no Brasil. Cada vez mais, os estudos acadêmicos ligados à escravidão analisam a experiência africana para além do trabalho e açoitamento, para além da submissão e coisificação do indivíduo, com o intuito de divulgar o sistema escravista a partir de sua complexidade e múltiplas facetas.

Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX. A escravidão de africanos movimentava a economia dos centros urbanos e rurais da cidade. A chegada de navios negreiros nas regiões litorâneas era constante e a distribuição de africanos pelas fazendas de café configurava não apenas a prática do trabalho escravo, mas possibilitava a manutenção e o crescimento vertiginoso da economia, além de contribuir com o surgimento e a consolidação de uma elite cafeeira que disseminou hábitos e padrões entre a sociedade. No entanto, nem a rotina de exaustão nas lavouras, nem as relações desiguais estabelecidas entre senhores e escravizados, tão pouco o sistema jurídico da época, que institucionalizava a prática da escravidão e o juízo de propriedade sobre o indivíduo na condição de escravo, foram capazes de impedir que a população africana e seus descendentes, presentes em grande número na cidade do Rio e em outros locais do país, construíssem sua própria autonomia e fossem protagonistas de suas histórias. Esse, no entanto, não é um cenário próprio e único do Rio de Janeiro, mas de um Brasil escravista, que através das invasões ultramarinas teve sua estrutura social, política e econômica alterada pela lógica da escravidão e influenciada pelo protagonismo e resistência dos escravizados.

Africanos escravizados em zonas rurais e urbanas, no Rio de Janeiro, por exemplo, são analisados através de documentações referentes ao século XIX, como

homens capazes de compreender a sociedade que vivem e, portanto, encontrar formas de luta e resistência à desigualdade imposta pela sociedade escravocrata. Ivana Stolze Lima, historiadora e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, em recente trabalho, evidencia as formas de protagonismo de africanos e seus descendentes através do uso da língua no meio urbano, o que mostra inclusive a transitoriedade dos escravos para além das lavouras. O mapeamento e a análise dos anúncios de fuga feito pela autora evidencia que no Rio de Janeiro urbano do início do século XIX, o sistema escravista se apresentava como uma estrutura dinâmica e complexa, o que se verifica através do uso da língua africana e brasileira entre africanos e crioulos, por exemplo. O uso fluente ou quase fluente da língua brasileira por parte de africanos e crioulos destacado em muitos anúncios revela a existência de categorias criadas e impostas pela ordem senhorial para classificar seus escravos, sobretudo, por se tratar de um contexto político-social que cada vez mais se voltava para a construção de um projeto de nação cuja identidade brasileira devia ser consolidada. Neste momento, a língua “deixava de ser entendida como portuguesa para ser entendida e usada como brasileira” (LIMA, 2014).

Em contrapartida, há de se pensar essa apropriação da língua por parte de africanos, crioulos, livres e libertos como estratégia de sobrevivência e interação na sociedade escravista. Sobre isso, a autora explica:

(...) Nunca é demais lembrar o burburinho da cidade, dos sons, danças e folias, festas da Corte e batuques, funerais, cantos de trabalho ouvidos e reproduzidos por africanos, crioulos, livres e libertos que deviam aguçar o ouvido de vez em quando para mapear possíveis línguas que entendessem usando suas próprias línguas sempre que possível. Adotar essa perspectiva mais ampla é importante para evitar a conclusão parcial de que esses africanos estavam simplesmente adotando a língua dos seus senhores e tornando-se o que era esperado deles, ou que estariam aprendendo português e abandonando tudo o que tinham sido ou - limitando a essa língua - tudo o que viriam ser vivendo na cidade.¹⁰

Identifica-se, então, uma das muitas estratégias de resistência e protagonismo exercida pelos escravizados, o que nos faz se distanciar de construções estereotipadas em relação a senhores e escravarias problematizando a experiência escravista para além do trabalho forçado, dos castigos corporais, da

¹⁰ LIMA, Ivana Stolze. “Africanos no Rio de Janeiro, entre fronteiras e práticas de comunicação.” In: LIMA, Ivana Stolze e CARMO, Laura (org). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, 2014. 229-248, pg. 237.

vitimização e subordinação. Logo de início, o artigo analisa um dos anúncios de fuga publicado no *Jornal do Commercio*, em 1836:

Fugiu no dia 17 do corrente, na chácara da Barreira, no caminho da Glória, ao pé do chafariz, um molecote de nação monjolo, por nome Digue, acostumado a vender quitanda da chácara; é espigado, magro, anda ordinariamente com a boca aberta e mostra os dentes, que são grandes e muito brancos; é muito ladinho, fala e mente perfeitamente (...) ¹¹

A frase “fala e mente perfeitamente”, de acordo com a autora, “além de condensar a perspectiva senhorial, [a frase] traz também a pequena brecha por onde tentaremos entrever o que podem ter sido práticas usadas e forjadas por africanos e descendentes nas suas experiências de comunicação no mundo escravista” ¹². Através da fala não apenas um escravo poderia ser identificado entre tantos cativos das mais variadas línguas, como também se evidencia a percepção e o entendimento existente por parte dos escravizados em relação à própria identidade, além de desmistificar a ideia de homogeneidade que por vezes tende a se referir à África e sua população de forma simplista.

O africano Cyro é um interessante personagem histórico mencionado pela autora que exemplifica as ideias expostas acima. É um homem de nação *mina* que conseguiu sua liberdade após ter recorrido à justiça. Como homem livre atestou a importância que depositava na formação escolar ao encaminhar seus filhos para a escola, atitude essa que também evidencia a complexidade da dinâmica escravocrata em uma sociedade que mesmo fortemente marcada pela desigualdade presenciava a busca de homens e mulheres por autonomia, dignidade e o sentimento de esperança por um futuro melhor. De acordo com ela:

A categoria mina engloba um leque de povos da Costa da Mina, variando no tempo e no espaço de acordo com a história do tráfico. (...) Seria possível cogitar que ainda houvesse uma variedade da chamada língua geral de mina, que foi documentada no século XVIII em Minas Gerais e no Rio de Janeiro? Pode ser que sim, uma vez que o grupo mina do Rio, que incluía adeptos do islamismo, é um dos mais interessantes exemplos de identidade reconstruída no cativeiro, passando de uma categoria imposta pelo tráfico a uma identidade assumida pelos próprios africanos, processo alimentado em função, inclusive, de suas ações na justiça. Os minas eram o grupo que mais conseguiu alforrias no período. Um mina, Cyro, africano livre que lutou na justiça por sua emancipação, deixou um documento escrito de próprio cunho, registro emocionante da tensão em que viveram, além de

¹¹ Idem. p. 236;

¹² Idem. p.236.

testemunho da apropriação desse instrumento de poder: Cyro conseguiu a emancipação e, significativamente, mandou os seus filhos para a escola.¹³

Não apenas o uso da língua é estudado no meio acadêmico como elemento para analisar a complexidade do sistema escravista e a autonomia desenvolvida por escravizados e seus descendentes. Os processos de liberdade abertos por escravos são também alvo de investigação sobre a escravidão e sua estrutura complexa. Afinal, “o que permitia a existência de uma ação de liberdade, ou melhor, como um escravo, propriedade de alguém, podia recorrer ao Estado, o mesmo que garantia a existência da escravidão, para reclamar seu direito à liberdade, negada por seu senhor?”¹⁴. Essa é uma das principais indagações que orientam o trabalho de Keila Grinberg intitulado *As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, que busca compreender as brechas existentes em uma sociedade repressora e desigual, como a escravista, que permitiram o exercício da autonomia por parte de africanos e seus descendentes na condição de escravos.

O processo de liberdade de Liberata, uma jovem escrava que consegue sua liberdade a despeito do que seu senhor desejava, é analisado por Grinberg não apenas como um exemplo de protagonismo dos escravos, mas como forma de evidenciar as transformações que a política e a sociedade brasileira da época estavam submetidas. No final do século XVIII, Liberata foi comprada aos dez anos de idade por José Vieira Rebello, que residia na comunidade do Desterro, hoje Florianópolis. Em 1813, Liberata deu início a seu processo de liberdade. Era violentada desde que foi comprada por Rebello e silenciada até então pelas promessas de liberdade quando se tornasse adulta. Liberta, seu processo é usado anos depois por seus filhos José e Joaquina que reivindicam pela alforria alegando terem nascido de ventre já livre, e pedem para que a ação judicial da mãe seja anexado ao processo de liberdade iniciado por eles, em 1835. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro concede a liberdade aos filhos de Liberata no final de 1838.

¹³ Idem. p.238.

¹⁴ GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2008, pg. 14;

Homens e mulheres, que de forma forçada e violenta eram obrigados a trabalhar compulsoriamente no campo e na cidade, identificavam perfeitamente seus direitos e as formas como recorrer a eles; tinham clareza da própria humanidade e do sistema político, social e econômico que os cercava, o que rompe claramente com a lógica da coisificação amplamente difundida tanto por estudos acadêmicos sobre o tema, quanto por trabalhos organizados para atender o grande público. Além disso, há de se levar em conta as concretas transformações que a sociedade brasileira estava submetendo neste momento, sobretudo, no que diz respeito às normas jurídicas. Para Keila Grinberg:

A mudança nas regras do direito faz parte do desenvolvimento das correlações de forças de uma sociedade. O Brasil do século XIX, sobretudo se comparado com o dos séculos anteriores, era uma sociedade em mudança, que culminou por romper com uma das bases fundadoras de seu processo de colonização. O fim da escravidão e a constituição do direito positivo aparecem, assim, como parte de um mesmo processo, que estavam na construção de um Estado que se pretendia liberal.¹⁵

O funcionamento e a manutenção do sistema escravista, ao contrário do que muitas teorias pregam e afirmam enquanto verdade, exigia que as relações entre senhores e escravos fossem dosadas, ou seja, não fossem manipuladas somente pelo viés da coerção e da violência levando em conta a necessidade de se estabelecer o convívio com base na negociação. Digo isso, porque o contrário é negligenciar a autoria social de homens e mulheres na condição de escravos e demonstrar completo desconhecimento sobre a complexa dinâmica escravista que se formou no país. O trabalho nas lavouras, por exemplo, não deve ser naturalizado através das descrições já conhecidas sobre o tempo de trabalho, às condições das senzalas, às rações servidas aos escravos, às surras e torturas por um dia de trabalho inconcluso ou por tentativas de fuga. Pelo contrário. A negociação era de extrema importância para a manutenção do sistema escravista e continuidade da ordem senhorial. Levando em conta as especificidades existentes em cada regime escravocrata, Schwartz analisa no contexto do regime colonial brasileiro da cana de açúcar, especificamente na Bahia, que:

(...) A motivação dos agricultores, porém, era mais do que lucros e perdas. A racionalidade econômica do modelo era limitada, ocasionalmente, por uma série de

¹⁵ Idem. p. 58;

restrições culturais e morais contidas no direito português e nos dogmas e preceitos da igreja, que também tiveram influência sobre a vida dos escravos. Por exemplo, as proibições religiosas do trabalho no sábado em certos dias santos eram os principais motivos de paralisação dos engenhos baianos. (...) Os escravos tinham permissão de usar esses períodos de “folga” em benefício próprio, recebiam incentivos e constituir irmandades religiosas e de participar nas formas culturais da sociedade mais ampla. (...) Embora o sistema de tarefas, as hortas e a manumissão implicassem aspectos da vida escrava que eram até certo ponto metas externas ao regime do engenho, a própria especialização na manufatura de açúcar oferecia outros incentivos aos escravos. Mestres-de-açúcar, caldeireiros e feitores, às vezes recebiam recompensas, salários ou mesmo uma porcentagem da produção como incentivo. Na área de Campos (RJ), em 1790, um depoimento local dizia que o escravo que trabalhasse como mestre-de-açúcar em qualquer engenho esperava ganhar no mínimo entre 600 e 800 réis por dia.¹⁶

O trecho acima nos revela, então, uma dinâmica escravista problematizada e bastante diferente do que muitas teorias historiográficas produziam com intensidade até a década de 1980. Há de se levar em conta que esse sistema de incentivos não alcançava a perfeição, tão pouco serve como argumento legitimador da escravidão, mas é de extrema importância trazer à tona com cada vez mais frequência a divulgação de um passado escravista que não presenciou a alienação da população escrava. É certo que alguns escravos recusavam as adulações e as persuasões oferecidas para colaborarem com o bom funcionamento do sistema. Resistiam à escravidão de todas as maneiras, mas outros reconheciam as vantagens dentro dessa dinâmica que se organizava a partir de um jogo de interesses mútuo. Compreender a sociedade escravista por este prisma, a meu ver, é não apenas importante, mas também necessário se a pretensão for mobilizar esforços em torno da ruptura com estereótipos e preconceitos nos dias de hoje. Sem dúvida, a história pública tem muito a contribuir se reforçar cada vez mais seu diálogo com versões da historiografia e da pesquisa acadêmica que exponham a escravidão como um sistema organizado por atores políticos e sociais independente de terem a senzala ou a casa-grande como moradas.

A problematização em torno da escravidão e da experiência africana no Brasil, portanto, é real não apenas nos trabalhos historiográficos rapidamente apresentados acima, mas também em muitos outros estudos acadêmicos recentes

¹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. “Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos” In *Escravos, roceiros e rebeldes*. EDUSC, 2001, pg.88 e 96;

sobre o tema, o que motiva e inspira de forma intensa os argumentos defendidos ao longo desta dissertação sobre a importância de cada vez mais estreitar o diálogo entre o que é produzido dentro da academia com os trabalhos para o grande público e acerca do escravizado enquanto sujeito da própria história. Há, a meu ver, urgência em trabalhar na construção de uma consciência histórica que cada vez mais compreenda o processo da escravidão não pela cor, não pelo açoite, não pelas chibatadas, tão pouco pela submissão. O Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil¹⁷, proposto no ano de 2011, é exemplo de um desses estudos sobre a escravidão e o africano, que possibilitou, a nível internacional, publicizar, ou seja, tornar pública a memória da escravidão e da trajetória dos negros africanos no país. Sobre isso, Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran comentam:

Até finais do século XX, impressiona a ausência de esforço para determinar os lugares de memória dos processos de escravização em massa que estão na origem do mundo contemporâneo. O tráfico de escravos revelou-se tema tabu na memória da maioria dos países envolvidos na Europa, nas Américas e na África, bem como no Oceano Índico. (...) O combate ao racismo como forma institucionalizada de discriminação levou ao questionamento do silêncio sobre a violência da escravização como forma velada de expressão do racismo. (...) Ao lidar com um passado sensível que envolve, por exemplo, as responsabilidades no tráfico negreiro das modernas democracias ocidentais, bem como das elites africanas pré-coloniais, além de temas como a dor e a vergonha vivenciada pelos escravizados, a memória da diáspora africana resultante do tráfico negreiro elabora tais temáticas na memória pública. Ao mesmo tempo, não abandona a grandeza dos legados culturais da globalização forçada, resultado da resistência dos escravizados e seu papel para as definições contemporâneas de liberdade e direitos humanos com as quais trabalhamos. A estratégia de dar visibilidade a estes temas através da visita dos locais de memória não só consolida novas formas de rememoração para públicos que desconhecem ou se recusam a falar desse passado, mas também abre caminhos de sustentabilidade para os grupos que sofrem o peso do estigma de serem descendentes dos antigos escravizados. O Inventário trouxe a oportunidade de tornar público, de uma forma mais organizada e sistematizada, um conhecimento histórico que poderia enriquecer e abrir novas perspectivas para políticas memoriais e de implementação do turismo cultural em relação à memória da escravidão.¹⁸

¹⁷ Mais informações disponíveis em: <http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>. Acessado em: 21/05/2014.

¹⁸ ABREU, Martha; GURAN, Milton; MATTOS, Hebe. "Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil" In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.27, n. 54, pgs.257 e 258, 2014.

A ideia exposta acima se relaciona com a defesa realizada pela historiografia atual sobre memória, de que os estudos memorialísticos, sobretudo, os referentes a passados traumáticos precisam se conectar à luta por direitos humanos, com o intuito de evitar que se olhe para o passado de forma acrítica e sem transformações, contribuindo para a formação de olhares menos vitimizadores e mais conscientes dos processos de luta e resistência vivenciados por grupos e sujeitos históricos. Neste sentido, iniciativas como a construção do Inventário são profundamente importantes para o não silenciamento do passado escravista e divulgação da trajetória do negro africano no país, contribuindo para a luta contra o racismo e valorização da cultura afro, por exemplo. Em entrevista ao jornal O Globo, o historiador Andreas Huyssen, falou sobre a importância de fazer com que os estudos relacionados à memória estejam conectados não apenas com a divulgação e entendimento sobre o passado, mas com as demandas do presente e preparação para o futuro. Para ele:

Uma abordagem que relacione os dois discursos [memória e direitos humanos] me parece mais frutífera para ambos. Nos EUA e Europa, há cada vez mais estudos sobre memória, muitos deles apenas autoindulgentes, sem vitalidade política. Um risco do discurso da memória é buscar legitimação para o presente olhando para o passado, mas sem pensar no futuro. Já o discurso dos direitos humanos olha também para o futuro, porque deseja transformar a legislação. Por outro lado, o típico discurso liberal sobre os direitos humanos individuais muitas vezes não presta atenção na história, nem nas culturas locais fazendo uma mera transposição de valores ocidentais para contextos onde essas questões se estruturam de outras formas. Quando falamos de direitos culturais de minorias, seja na Ásia ou na Amazônia, o discurso da memória pode abrir caminho para a compreensão de particularidades históricas e sociais que o discurso de direitos humanos individuais relega ao segundo plano.¹⁹

Uma recente iniciativa que tomou corpo e mostrou a eficácia da interação entre os estudos sobre memória e a chamada "vitalidade política" mencionada por Huyssen, foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, cujos trabalhos tiveram duração de maio de 2012 à dezembro de 2014, e tiveram como um dos principais objetivos investigar as arbitrariedades e negligências aos direitos humanos durante o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). A

¹⁹ Entrevista cedida por Andreas Huyssen ao jornal O Globo, no dia 24/05/2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/05/24/usos-abusos-da-memoria-entrevista-com-andreas-huyssen-536931.asp>. Acessado em: 21/06/2014.

iniciativa do governo federal brasileiro ao criar a Comissão tornou possível não apenas a investigação e descoberta de novos episódios do trauma da ditadura no país, mas também contribuiu para fazer com que a sociedade atual não esquecesse da opressão, violência e corrupção que fizeram parte do sistema político vigente por vinte anos no país. A cada nova descoberta realizada pelos grupos de pesquisa alocados em diferentes universidades do país, pronunciamentos feitos pela esfera executiva ou mesmo esclarecimentos por parte da coordenação da Comissão, os principais meios de comunicação (rádio, jornal e televisão) noticiavam os recentes acontecimentos e colocavam parte do passado ditatorial no Brasil em contato com o grande público.

No meu primeiro ano de mestrado na PUC-Rio, em 2013, fui selecionada pelo professor do Departamento de História, Marcelo Gantus Jasmin, junto com mais cinco estudantes do Programa de Pós-Graduação da História e do Direito, para atuarmos enquanto pesquisadores em um dos treze grupos de trabalho criados pela Comissão Nacional da Verdade e segmentados por campos temáticos²⁰. Nosso trabalho consistiu em realizar uma leitura técnica dos processos alocados na Secretaria de Direitos Humanos, no centro do Rio de Janeiro, abertos ou pelas próprias vítimas da ditadura ou por seus parentes e amigos. Um dos principais objetivos era identificar se violações aos direitos humanos, como prisões arbitrárias e torturas, passaram a ocorrer ainda nos primeiros anos do golpe. Essa afirmação foi comprovada e divulgada no relatório final da Comissão e nos principais meios de comunicação. Lugares como o estádio de futebol Caio Martins, no Rio, serviram como espaço para essas violações de acordo com os relatos que constam nos processos.

Ao longo de menos de um ano de pesquisa, foi possível identificar toda a mobilização de órgãos e instituições em torno dos trabalhos com os documentos e verificar o quanto de história ainda não contada estava encoberta pelo tempo e silenciamento das próprias corporações militares a respeito do assunto. Cinquenta

²⁰ Ao todo foram selecionados seis estudantes dos Programas de Pós-Graduação de História e Direito da Puc-Rio, para compor o grupo de trabalho *Contextualização, fundamentos e razões do Golpe civil-militar de 1964*, e teve por hipótese/questão a utilização de torturas e prisões em massa nos anos iniciais do regime militar.

anos depois, a sociedade passou a colocar em questão de forma ainda mais enfática a revisão da Lei de Anistia e estabelecer relações entre a violência imposta pela ditadura contra a sociedade civil e a violência exercida nos dias de hoje por instituições como a Polícia Militar, que se mostra à sociedade muitas vezes como uma ameaça pela forma seletiva e violenta como atua. E, para além disso, foi possível presenciar sobretudo através das redes sociais, discursos cada vez mais questionadores sobre as reais diferenças entre a política ditatorial implementada em 64 e a política democrática que começou a caminhar no país no final da década de 1980, e se estende até os dias atuais. O cenário das manifestações de 2013 e a forma como o aparato policial foi aplicado para contê-las foi uma das discussões concomitantes com os trabalhos da Comissão, o que insuflou ainda mais a divulgação e problematização da forma como se faz política e dela se participa ao longo do tempo.

Os trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade foram aqui citados não apenas por serem exemplos de uma ação favorável à rememoração e não silenciamento do período de ditadura no Brasil, mas também por estimular a divulgação do passado histórico e fazê-lo circular entre grupos e indivíduos no tempo presente possibilitando, inclusive, o debate sobre a legislação atual. Não houve aqui a intenção de estabelecer um patamar de igualdade entre a Comissão e a produção de história pública, mas de provocar uma reflexão sobre a importância e relevância em motivar a divulgação de processos históricos traumáticos entre o grande público e, a partir dos estudos de memória, sistematizar ações que contribuam para mudanças significativas nas formas de compreender o passado, agir no presente e pensar o futuro.

As ideias acima são relevantes para refletir não apenas sobre a organização de uma atividade cultural sobre a escravidão no Brasil, mas para pensar sobre quais efeitos se quer produzir na sociedade e na política ao investir na divulgação do passado escravista entre o grande público. Há de se pensar a história pública como uma ferramenta capaz de estimular mudanças político-sociais, ou seja, um mecanismo que possibilita a grupos e indivíduos problematizarem o mundo em que vivem e influenciarem na construção de um aparato legislativo mais justo e menos

desigual, por exemplo. O racismo institucionalizado e refletido em ações políticas como a redução da maioria penal; as frágeis políticas de habitação que atingem diretamente a população negra, entre outros, são exemplos que mostram a urgência em sensibilizar a consciência histórica do grande público através de trabalhos interessados em apresentar a escravidão como um passado ainda presente.

Até aqui, o intuito foi de não apenas apresentar uma base argumentativa sobre o que será construído neste capítulo, mas também de direcionar a forma como a produção de história pública está sendo pensada neste trabalho, sobretudo, ao envolver as memórias e histórias de um passado de violência e exclusão como o da escravidão e da experiência africana no Brasil. Assim, busca-se defender a ideia de que através da história pública é possível não apenas iniciar ou dar continuidade a um processo de conscientização social, mas de efetivamente promover ações que contribuam para modificar a forma como as relações sociais se estabelecem e como grupos historicamente excluídos, como os negros, podem ser alvo de olhares menos vitimizadores e mais problematizadores de suas trajetórias e experiências.

3.1. Sobre a atividade cultural: perspectivas e objetivos

Uma das ações que influenciam este projeto de atividade cultural é a realização do *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. A produção do *Inventário* é resultado do trabalho *Rota do Escravo: resistência, herança e liberdade* desenvolvido pela Unesco, oriundo da 27 Conferência Geral da Unesco, que ocorreu em 1993. A organização do *Inventário* se iniciou em 2011 e teve como principal objetivo identificar e divulgar os lugares de memória da escravidão africana e do tráfico de escravos no Brasil. As historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu foram convidadas por Milton Guran, representante no Brasil do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo, para que pudessem desenvolver estudos de pesquisa que identificasse no Brasil lugares que contassem sobre as histórias e memórias do passado escravista e presença africana no país.

Através de uma consulta direta a especialistas nos estudos de escravidão no Brasil, entre historiadores, antropólogos, geógrafos e jovens mestrandos e doutorandos, foi possível identificar cerca de cem locais de memória do tráfico e da presença africana no país, ao longo do ano de 2012, com referências documentais e bibliográficas precisas. O universo formado pelos locais indicados foi dividido em sete diferentes temáticas, com o intuito de melhor organizar e analisá-los. Os temas são: portos de chegada; locais de quarentena e venda; desembarque ilegal; casas, terreiros e candomblés; igrejas e irmandades; trabalho e cotidiano; revoltas e quilombos; patrimônio imaterial²¹. A materialização do *Inventário*, portanto, não apenas contribui para a divulgação do passado escravista no Brasil, como também contribui na construção de trabalhos como este ao indicar novas formas e caminhos de compreender a escravidão e a experiência africana no Brasil.

Outra iniciativa recente que contribuiu para nortear a escrita e o conteúdo deste capítulo foi a organização da série *Ciclo do café e escravidão*, organizada pela TV Rio Sul, filiada da TV Globo na região do Vale do Paraíba, e que pertence ao projeto *Histórias para contar de novo* produzido em comemoração aos vinte e cinco anos da emissora, com o intuito de contar e apresentar partes da história da região. A série é dividida em cinco partes temáticas. No primeiro episódio a narrativa explora como o cultivo da semente do café chegou à região e contribuiu com a formação do Império brasileiro; no segundo episódio o negro africano é apresentado como o "legítimo responsável", de acordo com o repórter Ádison Ramos, pela riqueza da região do Vale do Paraíba; no terceiro episódio a narrativa explora a resistência dos africanos escravizados mencionando Manoel Congo e Mariana Crioula como um dos principais representantes da luta africana contra a escravidão; no quarto episódio o destaque é para o processo de abolição e decadência do poder dos fazendeiros da região e no quinto e último episódio, a comunidade remanescente de quilombo São José da Serra, localizada em Valença, é apresentada como um dos espaços que representam a cultura negra no país no tempo presente.

²¹ As informações completas sobre a organização do *Inventário* estão no texto recém escrito por Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran para a *Revista Estudos Históricos*, edição de 2015. A referência completa do texto está na nota 11, p.9.

Cada episódio foi organizado com a participação de figuras importantes na divulgação do passado histórico do Vale, como os historiadores Adrianos Novaes e Paulo Roberto; proprietários de fazendas como Marcelo Strevia e Dêlcio Aloísio de Mattos; moradores da região como Aírton Soares e José Irani dos Santos; lideranças comunitárias como Alcides Pereira, Delza Maria da Silva do Basílio e Manoel Seabra e membros da administração pública da região, como Marcelo Mourão, que é secretário de cultura de Paty de Alferes. Estes são apenas alguns nomes que aparecem ao longo da série e que compõem de forma plural a narrativa organizada pela produção do programa em torno do período cafeeiro. Plural porque não apenas especialistas da área, como historiadores e pesquisadores fazem parte do ciclo de entrevistas, mas também outros agentes, de diferentes esferas da sociedade foram convidados a contar sobre aquilo que sabiam em relação ao passado histórico do Vale.

Desse modo, esta é uma verdadeira e real inspiração para o trabalho aqui desenvolvido não somente por ter como questão central o passado histórico do Vale e da escravidão, mas também pelo método escolhido para construir sua narrativa, que foi integrar saberes científicos e não científicos para contar e apresentar a história da região e a participação africana no processo de construção do Império brasileiro. É, portanto, um concreto exemplo da possibilidade de integrar às produções de história pública um diálogo efetivo entre o meio acadêmico e o meio popular, sem deixar de atribuir qualidade e sem romper com a responsabilidade histórica. O resultado do trabalho é de excelente qualidade. Ao longo dos episódios a história contada foi a de uma região que vivenciou um processo histórico de apogeu econômico, no século XIX, às custas de um sistema que violou do início ao fim a dignidade humana de milhares de africanos escravizados nas fazendas do Vale. Constrói a ideia de que esse mesmo sistema não foi capaz de silenciar indivíduos e que esse não silenciamento pode ser identificado através de rebeliões do período e da formação e permanência de espaços como o quilombo no tempo presente.

Não apenas por influência do projeto da TV Rio Sul, mas também por conversas e indicações com pesquisadores da área, por minha trajetória de pesquisa

com comunidades remanescentes de quilombola durante a iniciação científica e por identificar o espaço do quilombo como um território de protagonismo e presença africana no Brasil nos dias de hoje, que o projeto de visita guiada proposto por mim neste capítulo terá como ambiente identitário o quilombo São José da Serra, em Valença/RJ. Mas, por que o quilombo São José dentre tantas comunidades remanescentes de quilombo existentes pelo país? Por que não escolher uma comunidade remanescente de quilombo que não faz parte da rota do turismo histórico cultural, uma comunidade que não possui um projeto de visita guiada e que manifeste o desejo de divulgar a história do quilombo para o grande público?

A escolha pela comunidade remanescente de quilombo São José da Serra se deu por três motivos: por estar localizado geograficamente próximo às fazendas apresentadas e analisadas ao longo deste trabalho; por ser uma comunidade do sul fluminense que possui projeto de visita guiada, o que possibilita a este trabalho organizar uma proposta complementar ao que já está sendo feito pelos quilombolas e por ter patrocínio do programa Petrobras Cultural, o que evidencia não apenas o desejo dos moradores em apresentar suas histórias e tradições, mas também simboliza a mobilização e organização dos mesmos em serem vistos, compreendidos e divulgados.

Ao todo, são 140 habitantes distribuídos em 476 hectares de terra, na Serra da Beleza, em Valença/RJ. Está situado na estrada RJ 157, na altura do quilômetro 57, em Santa Isabel do Rio Preto, terceiro distrito de Valença. Recentemente, mais precisamente no dia trinta de abril deste ano, finalmente os moradores receberam a posse definitiva de suas terras²². De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a origem da comunidade São José da Serra:

(...) Remete à metade do século XIX, quando os escravos chegaram à fazenda São José para trabalhar na lavoura do café. Na primeira metade do século XIX essa era a principal região de produção de café no Brasil. O trabalho era realizado por escravos de origem banto enviados ao Brasil a partir dos portos negreiros das costas do Congo, Angola e Moçambique. Quase todos os atuais habitantes da comunidade são descendentes de Tertuliano e Miquelina, segundo as histórias contadas pelos próprios moradores. Com a abolição da escravidão, os escravos libertos continuaram a viver em uma parte das terras da antiga fazenda. No início do século XX, a principal atividade da comunidade ainda era plantar café

²² Notícia disponível em: <http://conversadehistoriadoras.com/tag/quilombos/>. Acessado em: 04/06/2015.

juntamente com o milho e o feijão. Além disso, criaram cabras, galinhas, porcos e cavalos. Além de trabalhar em suas próprias terras, para garantir a sua sobrevivência, os chefes das famílias da comunidade trabalhavam, de segunda a sábado, por empreitada, nos cafezais do fazendeiro Ferraz. Com a crise do café, os fazendeiros dispensaram os trabalhadores e passaram a utilizar suas terras para pasto. A comunidade não foi expulsa, mas sofreu uma restrição no tamanho de sua área, que começou a ser usada para o pasto. Os moradores passaram a viver em um pedaço bem menor de terra. Essa situação durou até, aproximadamente, a década de 1980, quando um novo proprietário adquiriu as terras da fazenda e passou a impôr aos moradores uma série de privações, como a proibição de que continuassem a plantar suas roças de milho e feijão. Os comunitários passam, então, a sobreviver trabalhando como diaristas nas plantações do fazendeiro. A situação se agravou ainda mais em 1999, depois que a Fundação Cultural Palmares reconheceu oficialmente a comunidade de São José como uma comunidade remanescente de quilombo. O fazendeiro demitiu os comunitários que estavam trabalhando em sua fazenda, passou a impedir que os moradores transitassem pelas terras, restringiu ainda mais a área permitida para o plantio da comunidade e passou a permitir que seu gado invadisse as lavouras²³.

O breve histórico acima situa a origem temporal do quilombo e apresenta de forma sucinta a trajetória dos descendentes de escravos que permaneceram nas terras da fazenda São José. Para além disso, evidencia o significado do conceito de quilombo para além de Palmares, como bem explica Eliane Cantarino O'Dwyer, na *Apresentação do Caderno Terra de Quilombos*, em 1995. De acordo com ela, o conceito de quilombo pode ser entendido da seguinte forma:

Contemporaneamente, a expressão “quilombo” não se refere estritamente a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se limita a grupos isolados, uma população homogênea ou que necessariamente se tenha constituído a partir de movimentos de insurreição. São, de fato, grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência em manter e reproduzir modos de vida característicos e de consolidação de um território próprio. A identidade quilombola não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo.²⁴

É importante especificar não apenas com qual comunidade remanescentes de quilombo estamos aqui trabalhando, mas também com qual entendimento sobre comunidades quilombolas a atividade cultural proposta neste capítulo opera. Sem dúvida, os quilombos existentes nos dias de hoje possuem inúmeras especificidades, várias formas de entender a própria luta e o passado de escravidão

²³ Disponível em: http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/rj/rj_jongo_historia.html. Acessado em: 04/06/2015.

²⁴ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Apresentação do Caderno Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ABA, 1995.

de seus antepassados e olhares diferentes sobre como conduzir suas reivindicações. Muitas comunidades hoje reconhecidas, como é o caso da São José da Serra, tiveram percurso semelhante em relação à ocupação de terras após a abolição. Inicialmente, a ocupação foi consensual, o que gerou ao longo do tempo o agravamento de conflitos entre os moradores e os interesses econômicos que começaram a ser latentes através das especulações imobiliárias e das redes de turismo, por exemplo.

A luta em São José da Serra, no entanto, não se enquadra apenas no direito à terra e ao trabalho, mas ao respeito e tolerância com as crenças religiosas pertencentes à comunidade, às ações em torno da formação escolar dos mais jovens, à existência da associação de moradores presidida pelo líder comunitário Antônio Fernandes do Nascimento, o Toninho Canecão, o cultivo dos hábitos e costumes culturais dos antepassados, como o jongo, a feijoada, a umbanda, entre outros. É importante destacar que não apenas comunidades quilombolas da região do Vale, como a São José, promovem atividades culturais como as visitas guiadas e a *Festa da Cultura Negra*. Quilombos como Sacopã e Alto do Camorim, são comunidades localizadas nos centros urbanos do município do Rio de Janeiro, e que com frequência recebem visitantes através de visitas guiadas, feijoadas e festas. As iniciativas de divulgação por parte das comunidades podem ser compreendidas como um fenômeno ligado a criação do artigo 68 ADCT na Constituição Federal de 1988, que estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A meu ver, a Festa da Cultura Negra organizada pela São José da Serra, é uma das principais articulações da comunidade que possibilita manter no presente a memória acerca da história de seus antepassados, bem como divulgar o quilombo nos dias de hoje para o grande público. A festa é organizada duas vezes ao ano e faz parte do circuito do turismo histórico cultural da região do Vale fluminense, cuja festa e visita guiada são divulgadas pelo *Guia Cultural do Vale do Café*, que apresenta as atividades do quilombo e contribui com a circulação de turistas na comunidade. De acordo com o *Guia*:

O quilombo São José (...) tem como objetivo principal manter viva a tradição do jongo e da cultura negra, como enfatiza o porta-voz e líder da comunidade, Toninho Canecão. Através de agendamento prévio é possível visitar a comunidade, que possui 23 casas de construção simples, em tijolos crus ou pau-a-pique, e telhados de palha. No local vivem cerca de 200 quilombolas remanescentes, todos descendentes de escravos da mesma família. Eles costumam receber estudantes e pesquisadores, além de turistas do Brasil e do mundo. A associação virou ponto de cultura e atualmente recebe patrocínio do programa Petrobrás Cultural. Palco de grandes celebrações culturais, o Quilombo tem como maior de todas as comemorações a Festa da Cultura Negra, realizada duas vezes ao ano. Trata-se de um acontecimento grandioso, que reúne cerca de 2 mil pessoas acampadas pelo terreno, durante um final de semana. Os participantes promovem apresentações de capoeira, maculelê, calango, dança de roda e muitas outras manifestações da cultura negra. O visitante é brindado com uma apresentação de jongo, uma visita guiada pela comunidade e uma palestra a respeito do Quilombo. Também pode ser combinado um almoço para grupos, tendo a tradicional feijoada como prato principal. Sempre visando manter vivas as tradições afro-brasileiras, a comunidade organiza oficinas de jongo, aulas de música (violão, flauta doce e percussão), práticas de dança afro e oficinas de artesanato – nas quais são criadas bonecas feitas com folha de bananeira, bucha e palha de milho. A comunidade também mantém uma escola de ensino tradicional, além de uma oficina de cultura digital, que disponibiliza computadores com internet wi-fi no local. Dentro do Quilombo, cercado de montanhas e muito verde, destaca-se um enorme jequitibá que segundo o Sr. Manuel Seabra, o mais velho e respeitado quilombola, é sagrado e abençoado. Por essa razão, muitos rituais, pedidos e orações são feitos ao redor dessa árvore frondosa e centenária.²⁵

As visitas ao quilombo são feitas através de agendamentos e são gratuitas sem o consumo da feijoada. Almoço e visita guiada juntos somam a quantia de R\$30,00 por pessoa. O roteiro da visita contempla prioritariamente a apresentação dos pontos mais simbólicos do quilombo, enquanto o histórico da comunidade é contado. A igreja, a cachoeira, o jequitibá, o antigo moinho, entre outros, são os elementos apresentados aos visitantes pelos próprios moradores da comunidade. O líder Toninho, presidente da associação de moradores, é o mais ativo nas visitas guiadas, das quais também participam os demais moradores. A Festa da Cultura Negra mobiliza todos os quilombolas de São José da Serra para a organização do espaço, recepção dos visitantes e venda dos artigos artesanais e da feijoada preparados especialmente para o evento. Sobre a festa, Toninho Canecão afirma:

Essa festa, além da gente trazer pessoas de outros lugares e mostrar nossa cultura, é um ponto de resistência também. E essa festa é um dos pontos que ajudou muito a

²⁵ Guia Cultural do Vale do Café. Mais informações em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/>. Arquivo em pdf: http://envio.institutocidadeviva.org.br/arquivos/guia_do_cafe.pdf. Ambos acessados em: 25/03/2014.

comunidade. A gente aplica nessas obras que tem na comunidade o dinheiro arrecadado nas festas. É o resultado disso. A gente pega o dinheiro e aplica em benefício da própria comunidade.²⁶

A quilombola Lilian Máximo, completa:

(...) As bonecas são feitas do cabelo do milho, da casca da bananeira, da fibra da bananeira, etc. Nós temos cursos aqui. Todas elas aqui [mulheres] tiveram curso e depois todo mundo começou a fazer. E é na época de maio que a gente vende bastante. A gente não faz direto, porque a gente não tem encomenda, não tem nada. A gente não vive de artesanato, só mesmo na época de maio que a gente vende.²⁷

Tanto o relato de Toninho, quanto de Lilian, evidenciam o papel do passado histórico no cotidiano da comunidade. Ao atraírem o grande público para as festas e visitas guiadas, os moradores possibilitam não apenas a divulgação de um passado histórico construído e narrado por eles nos dias de hoje e das demandas atuais, como também contribui com a manutenção física e simbólica do quilombo no tempo presente. E, neste contexto de afirmação identitária e cultural, de divulgação da história e memória do passado escravista, que a meu ver o jongo se torna uma das principais práticas responsáveis por colaborar com o processo de afirmação do espaço do quilombo nos dias de hoje.

Portanto, nossa proposta de visita guiada terá o intuito de sensibilizar o processo de construção da consciência histórica dos visitantes, apresentando o jongo como uma manifestação cultural afro-brasileira, ressignificada pelos quilombolas ao longo do tempo, sinônimo de resistência cultural e de renovação, manutenção e circulação do universo simbólico do quilombo. Como consequência do valor histórico-cultural do jongo para diversas comunidades remanescentes de quilombo e da luta de lideranças e dos movimentos sociais, a prática do jongo tornou-se patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional, em 2005. Sobre isso, o Dossiê IPHAN sobre o Jongo do Sudeste aponta:

Em novembro de 2005, o jongo foi proclamado patrimônio cultural brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e registrado no Livro das Formas de Expressão. Este registro teve como base a pesquisa para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Iphan). (...) Durante a pesquisa percebeu-se o interesse das comunidades e grupos no

²⁶ Entrevista cedida pelo líder comunitário Toninho Canecão ao projeto *Vidas brasileiras*, da TV Escola, e que faz parte do episódio "Vida quilombola", organizado no ano de 2013. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/vidas-brasileiras-vida-quilombola>. Acessado em: 04/06/2015.

²⁷ Idem.

sentido de apresentar candidatura do jongo ao registro como patrimônio nacional. E assim o processo de registro foi conduzido pelo CNFCP/Iphan e deferido pelo Conselho Consultivo tendo em vista a importância do jongo no panorama cultural brasileiro.²⁸

Mas a apropriação do jongo não é feita da mesma forma e com o mesmo entendimento por todas as comunidades de quilombo nos dias atuais. Homogeneizar esse processo é descartar a diversidade existente entre os grupos sociais e minimizar suas particularidades. No entanto, muitos quilombos não apenas se apropriaram do jongo no tempo presente, como também o ressignificaram em seus espaços e São José da Serra se enquadra neste trabalho como um exemplo de comunidade que não compreende o jongo de forma engessada e faz uso dessa prática como caminho de sobrevivência da memória de seus antepassados dentro e fora do quilombo. De acordo com o *Dossiê*:

No Sudeste brasileiro, em muitas das comunidades com descendentes de escravos, o jongo desapareceu, tanto pela dispersão de seus praticantes em consequência da migração e dos processos de urbanização, como pelo obscurecimento destas práticas por outras expressões de maior apelo junto ao crescente mercado de bens simbólicos. Ou também devido à vergonha motivada pelo preconceito, expresso pelos segmentos da sociedade abrangente, relativo às práticas culturais afro-brasileiras. Em outras comunidades, no entanto, o jongo tem sido um fator de integração, construção de identidades e reafirmação de valores comuns – estratégias em que a memória e a criatividade são fundamentais. Diante das desigualdades econômicas, da exclusão social e da invisibilidade deste fazer cultural junto aos demais segmentos da sociedade brasileira, as comunidades jongueiras têm desenvolvido soluções próprias, alternativas para a preservação de seus saberes e expressões. As crianças, por exemplo, que durante muito tempo não podiam frequentar as rodas de jongo, hoje são estimuladas a aprender o canto e a dança de seus ancestrais. E, em muitas comunidades, não é mais necessário ser filho de jongueiro para ser considerado jongueiro. A aproximação de pesquisadores e estudiosos, bem como, mais recentemente, de jovens das camadas médias urbanas, fez com que a participação em uma roda de jongo não estivesse mais limitada aos integrantes das comunidades jongueiras. Além disso, algumas comunidades passaram a fazer apresentações artísticas, nas quais as rodas de jongo acontecem sob a forma de espetáculo. Assim, aos jongueiros se coloca o desafio de dialogar com os processos da cultura de massa e do universo do entretenimento e, ao mesmo tempo, manter os fundamentos de sua prática.²⁹

Para mãe Tetê, líder espiritual e umbandista da comunidade:

²⁸ Informação do *Dossiê IPHAN Jongo do Sudeste*, 2005. O *Dossiê* completo está disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf. Acessado em: 05/06/2015.

²⁹ Idem.

O jongo foi uma coisa muito importante e veio designar aqui o que é o quilombo. Uma coisa de respeito, porque o tambor é do tempo do cativo. Foi passando de mão em mão até chegar na mão da gente.³⁰

Tendo em vista o espaço que o jongo enquanto manifestação cultural afro-brasileira vem assumindo na sociedade contemporânea, bem como o significado e a importância da prática do mesmo pela comunidade remanescente de São José da Serra, que este trabalho terá como projeto de visita guiada a divulgação e a compreensão do quilombo no tempo presente através do jongo, que ao longo do tempo foi ressignificado e usado como caminho de manutenção da tradição africana por comunidades como a São José, local esse que mesmo convivendo e partilhando através de muitos moradores da fé católica, inclusive com a presença e o uso da capela, possui espaço importante e de destaque entre os quilombolas. O grande intuito, portanto, é contribuir para a divulgação e manutenção da história e da memória da comunidade através de uma atividade cultural que não se contraponha ao projeto de visita guiada já existente no quilombo, mas que tenha caráter complementar ao contar a história de São José através de um enredo que privilegie uma de suas principais manifestações culturais, o jongo.

3.2. Projeto de visita guiada no quilombo São José da Serra - Valença/RJ

Este projeto tem como base os seguintes objetivos: articular ações de educação patrimonial através de uma narrativa temática e roteiro de visita que problematizem o espaço do quilombo como um território de luta, resistência e identidade; integrar os debates realizados pela historiografia recente sobre a presença africana no Brasil à discussão sobre patrimônio e a inclusão do negro nos dias de hoje; estabelecer e proporcionar novas relações com o passado configurado no espaço do quilombo e possibilitar a construção de um olhar menos vitimizador e mais consciente da cultura e da luta de africanos e seus descendentes. Assim, acredito ser possível ir além de uma apresentação simples e discussão breve sobre quem são os quilombolas de São José da Serra e quais são suas histórias, ou seja,

³⁰ Entrevista cedida por mãe Tetê à equipe do TV Escola, em 2013. O relato completo está em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/vidas-brasileiras-vida-quilombola>. Acessado em: 04/06/2015.

perseguindo o ideal de efetivamente sensibilizar a consciência histórica do grande público em relação à trajetória histórica do quilombo e seu papel nos dias de hoje. Mas, quais recursos serão utilizados para a elaboração do enredo e narrativa? Quais agentes sociais estarão diretamente envolvidos na criação e organização da visita guiada? À qual público a atividade estará voltada? De que forma o jongo será abordado e trabalhado pela atividade? Se o trabalho até aqui foi difícil, acredito que agora chegamos no ponto mais árduo e ao mesmo tempo prazeroso do processo. Mãos à obra

Roteiro histórico e objetivos

A atividade cultural *Conhecendo o quilombo através do jongo: São José da Serra e sua trajetória*, tem como intuito apresentar o histórico da comunidade e o protagonismo de africanos e seus descendentes no período de escravidão através do jongo, dos relatos dos moradores de São José sobre o passado escravista e suas lutas atuais, além de uma oficina cultural e uma feijoada para finalizar a visita. A ideia é identificar as transformações do espaço do quilombo ao longo do tempo, mudanças essas que podem ser vistas em vários aspectos da comunidade, sobretudo, na prática do jongo. O intuito é propôr que os próprios moradores sejam os guias da atividade e façam frente na organização do espaço e na construção da narrativa, como forma de evidenciá-los ao grande público como protagonistas do próprio território e conhecedores de suas próprias histórias, o que não limita, tão pouco restringe a parceria com o historiador, que se faz presente de forma mais direta na organização da oficina ao interferir com a apresentação de documentos e na elaboração de estratégias não apenas para a compreensão do passado escravista no Brasil, mas também da experiência do africano enquanto escravo no país. Dessa forma, o principal objetivo desta proposta de atividade cultural, é propôr à comunidade São José da Serra uma visita guiada complementar ao projeto já existente e organizado pela comunidade e que tenha como intuito não apenas divulgar o histórico do quilombo, mas também problematizar o passado de escravidão e a figura do escravizado através do que está sendo produzido pela academia sobre o assunto.

A atividade estaria dividida em cinco momentos. O ponto de concentração seria no jequitibá, árvore considerada sagrada pelos moradores, com a presença das

principais lideranças da comunidade: Toninho Canecão e Mãe Tetê, que dariam início à narrativa cantando o trecho de uma cantiga de jongo, para contar não apenas a trajetória do quilombo, mas apresentar suas principais memórias familiares, lutas, conquistas e valores que o território quilombola possui para a comunidade. Em seguida, haveria a exposição de um vídeo com as crianças da comunidade contando sobre a história do jongo em São José e como esta prática é apropriada nos dias de hoje pelos quilombolas de lá. Depois, com a oficina cultural, os visitantes teriam como desafio organizar um diálogo, entre 3 e 5 perguntas, a partir do que ouviram dos próprios moradores e das palavras-chaves relacionadas ao quilombo e ao passado de escravidão, expostas em um mural de cortiça. O intuito é não apenas fazer com que a visita guiada não se torne uma atividade meramente expositiva, mas de provocar nos visitantes a saída da zona de conforto da posição de ouvinte e torná-los ativos neste processo de construção do conhecimento e entendimento tanto dos processos históricos, quanto do outro e da história do outro.

Após a interação entre visitantes e moradores, o próximo objetivo da oficina é apresentar e interpretar o passado de escravidão problematizando as relações estabelecidas entre escravizados e seus senhores, bem como o próprio funcionamento do sistema escravocrata a partir do uso da língua, das ações de liberdade e das dinâmicas de trabalho. A proposta é apresentar a réplica de dois documentos manuscritos e uma imagem sobre o período de escravidão e colocá-los expostos em versão impressa e ampliada em dois cavaletes. Pretende-se assim estabelecer diálogo entre a história pública e produções acadêmicas acerca do tema e evidenciar o escravizado enquanto sujeito de sua própria história. Depois, uma roda de jongo com crianças, adultos, os mais velhos e os visitantes, em frente à capela da comunidade, como símbolo da ressignificação dessa prática cultural, da tolerância e da diversidade religiosa que se construiu no quilombo. Por último, a tradicional feijoada.

Logística de agendamento e valor da visita

A sugestão de valor a ser cobrado é de R\$30,00, o mesmo cobrado pelo tour histórico com almoço pelos moradores. Quanto ao agendamento, a ideia é

disponibilizar o contato da associação de moradores do quilombo em um dos principais veículos de divulgação dos roteiros históricos do Vale: o *Guia cultural*. Para esta visita guiada a exigência é que a atividade aconteça para grupos de no mínimo cinco pessoas, não só pela estrutura de organização, mas também por pretender a participação direta dos visitantes ao longo da visita.

Narrativa e metodologia

No jequitibá: O diálogo das lideranças com os visitantes, no jequitibá, terá como proposta apresentar o histórico do quilombo e dos quilombolas, o que significa sugerir que Toninho e Mãe Tetê contem sobre suas trajetórias e de seus antepassados levando em consideração três palavras-chaves: trabalho, resistência e cultura. A sugestão é que a narrativa siga a ordem cronológica usual, passado e presente, já que teoricamente os visitantes estão em contato com o quilombo, ou pelo menos estabelecendo um contato mais ativo, pela primeira vez.

Antes mesmo de explicar o significado da árvore, anuncia-se o canto de um trecho da cantiga de jongo tocada nas festas do quilombo. Ao fundo, próximo à árvore, haveria tambores, mulheres com saias de xita, homens com calças de jongueiros e crianças. À princípio, para os visitantes, não haveria estranhamento nessa composição, mas ao longo da visita, sobretudo após o vídeo com as crianças, entenderão que o jongo de São José apresentado no início da atividade não representa o engessamento da cultura, mas sim as ressignificações que passam a existir em relação às práticas culturais ao longo do tempo. Iniciar a narrativa com o jongo, portanto, possibilita trabalhar não apenas o histórico da comunidade através da letra, mas os significados culturais que se fazem presentes nos participantes da roda de jongo, nas vestimentas, nos pés descalços, nos tambores, nos gestos corporais. A cantiga sugerida é:

Oi negro, que tá fazendo
 Oi, na fazenda do senhor?
 Sinhozinho mandou embora
 Pra quê que negro voltou?
 Dia treze de maio
 Cativo acabou
 E os escravos gritavam
 Liberdade, senhor!

Através da letra Toninho daria início às histórias da escravidão nos tempos da lavoura. Acredito ser possível construir sua abordagem através das palavras-chaves

trabalho, resistência e cultura, já que assim colabora não apenas com a coesão da narrativa, mas também estipula os pontos principais a serem abordados, a fim de não tornar o diálogo longo e cansativo. Desse modo, é possível contar a história do quilombo abordando a condição de escravidão dos africanos na casa-grande e nas lavouras de café nos tempos do Império, mas também abordar o protagonismo de homens e mulheres que não sucumbiram à esta condição e usaram como ferramentas o jongo e os orixás, por exemplo. A formação do próprio quilombo São José da Serra e a permanência dos descendentes dos africanos ali escravizados devem ser apontados como exemplos concretos do protagonismo e da luta, apontando as principais iniciativas do quilombo para divulgação e manutenção de sua história, como a Festa da Cultura Negra, o patrocínio do projeto Petrobras Cultural, a organização das mulheres em torno do artesanato para os dias de festa, o cotidiano dos quilombolas em relação a emprego, ofícios, entre outros.

Mãe Tetê explicaria os elementos que compõe a roda de jongo e em seguida abordaria o significado do jequitibá. A relação de ambos se dá na força espiritual e mística que tanto o jongo, quanto o jequitibá possuem para a comunidade. As cantigas de jongo enfatizam em suas letras não apenas o histórico do quilombo, mas também a religiosidade através de letras que expõem nomes de santos católicos e orixás. Já o jequitibá é visto como árvore sagrada, porque fazendeiro algum conseguiu derrubá-la. A cantiga sugerida para esta parte seria:

Nossa senhora do Rosário
Oi, Saravá São Benedito
Nossa senhora do Rosário, aê!

O segundo momento da visita guiada teria como objetivo apresentar o jongo como uma prática cultural pertencente à tradição africana, que ao longo do tempo passou por transformações e se ressignificou. É neste momento, que os visitantes deixarão de naturalizar a participação das crianças na roda de jongo de abertura da atividade. Através de um vídeo, de aproximadamente 15 ou 20 minutos, a sugestão é que as crianças da comunidade contem as histórias que ouviram dos mais velhos acerca do jongo - o que confirma que em torno da dança se organiza ao longo da

história memórias familiares voltadas não apenas para a escravidão, mas também para a liberdade, à chegada nas lavouras cafeeiras de africanos e descendentes - e que deem ênfase ao processo de ressignificação desta prática ao abordar que na época de seus pais e avós não era permitida a participação dos mais jovens, o que mudou nos dias de hoje, uma vez que o jongo passou a ser compreendido pelos quilombolas como caminho de valorização e afirmação de suas histórias e identidade. Ao explicar os significados dos tambores, das vestimentas, dos gestos corporais e das letras dos cantos apresentadas na introdução da atividade por Toninho Canecão e Mãe Tetê, as crianças quilombolas estarão evidenciando ao grande público que não apenas têm conhecimento sobre as práticas culturais do quilombo, mas que também aprendem e interagem com a oralidade que circula dentro da comunidade.

As próprias crianças ficariam à frente da gravação do vídeo, com supervisão para edição da filmagem e organização do cenário. A sugestão é que os diálogos sejam gravados em dois ambientes: na capela e no terreiro, como símbolo da tolerância entre umbanda e catolicismo no quilombo e da diversidade cultural existente na comunidade. Uma importante participação seria a de Toninho, principal líder comunitário, incentivando e ensinando a formação da roda do jongo e compartilhando com os mais jovens histórias contadas a ele durante a infância pelos mais velhos não apenas sobre o jongo enquanto prática, mas sobre os diferentes significados que foram construídos ao longo do tempo pelos antepassados e reapropriados pelos descendentes no tempo presente.

Na terceira parte da visita guiada, os visitantes seriam convidados a participar de uma oficina cultural. O primeiro cenário teria um mural de cortiça, que não estaria posicionado em ambiente específico, mas talvez próximo à associação de moradores para facilitar o uso de materiais como folhas de papel A4 e canetas. A sugestão é que seja ao ar livre. Os visitantes teriam como dinâmica se reunir em grupos para elaborar um pequeno debate com perguntas que seriam feitas aos moradores do quilombo, sejam eles as lideranças, as artesãs, os jongueiros, as crianças, os mais velhos, ou

todos eles. No mural estarão em destaque as mesmas palavras-chaves usadas nas falas de Toninho e Mãe Tetê: trabalho, resistência e cultura. O tempo de elaboração do roteiro, que deverá ter entre 3 e 5 perguntas, será de no máximo 20 minutos. Através desta dinâmica espera-se despertar nos visitantes a curiosidade acumulada ao longo da visita guiada. Ao indicar palavras-chaves, o intuito não é limitar a abordagem do roteiro, mas nortear a reflexão dos grupos para o que foi observado ao longo da atividade e fazê-los sair da posição de ouvintes para mediadores da atividade na qual estão participando. É um caminho de busca pela construção de problematizações acerca do que foi ouvido e do que foi visto, uma vez que serão desafiados a fazer perguntas sobre aquilo que supostamente começaram a entender após as falas das lideranças e das crianças através do vídeo. Acredita-se ser um caminho de desconstrução do que aparentemente é "óbvio" e "natural" em relação ao passado escravista e ao quilombo no tempo presente.

Em seguida, ainda reunidos no mesmo local, os turistas seriam convidados por mim, na posição de pesquisadora e historiadora, a ler os documentos expostos nos cavaletes e refletir sobre o que está sendo apresentado em cada um deles. Os documentos³¹ são: o anúncio de fuga do africano Digue divulgado pelo *Jornal do Commercio*, em 1836, apresentado e analisado por Ivana Stolze Lima no texto “Práticas e fronteiras: africanos, descendentes e língua nacional no Rio de Janeiro”³², de 2014; o Tratado organizado por um grupo de escravizados da Bahia, no século XVIII, direcionado ao proprietário Manoel da Silva Ferreira, apresentado e analisado por Stuart Schwartz no texto “Trabalho e cultura: vida nos engenhos e vida dos escravos”³³ e a fotografia de Luís Ferreira da comemoração da assinatura do decreto da abolição da escravidão, no Paço Imperial, em 1889³⁴.

³¹ Os documentos estão disponíveis na íntegra na parte Anexos deste trabalho;

³² LIMA, Ivana Stolze. Op. Cit.

³³ SCHWARTZ, Stuart B. Op. Cit.

³⁴ A fotografia faz parte da coleção de G. Ermakoff e está disponível no livro *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: Casa Editorial, 2004.

A leitura dos documentos seria feita de forma conjunta. A ideia é que cada visitante indique os pontos que mais chamou atenção ao longo da leitura de cada documento e, a partir daí, eu também mencionaria pontos selecionados por mim e que a meu ver contribuiriam para problematizar o contexto escravista apresentado pelos documentos, indicando fragmentos dos manuscritos e elementos da fotografia que possibilitariam dar início a uma reflexão desnaturalizada da escravidão e dos escravizados. Meu destaque no primeiro documento seria para as frases que caracterizam Digue, o africano procurado, e a frase “fala e mente perfeitamente”. No segundo documento, seriam destacados os trechos que expõem as reivindicações em torno do trabalho e das práticas culturais feitas pelos escravizados e no terceiro documento, a estratégia seria contextualizar a imagem identificando o local onde a fotografia foi tirada, o evento que estava sendo fotografado e em qual período.

Com o primeiro documento, o intuito é construir uma reflexão direcionada para a dinâmica do sistema escravista no meio urbano, neste caso, o meio urbano do Rio de Janeiro no século XIX, a partir do uso da língua africana e brasileira por africanos e seus descendentes escravizados no período. A pretensão é mostrar aos visitantes que através da língua os escravos construía estratégias de sobrevivência dentro da sociedade escravista, o que contribui para desconstruir estereótipos que classificam esses mesmos escravos como alienados e submissos. Desse modo, é possível não apenas apresentar a escravidão no meio urbano, mas também discutir sobre determinadas características atribuídas a africanos e descendentes, bem como expor os significados dos usos das línguas africana e brasileira no Rio de Janeiro do século XIX, como bem trata Ivana Stolze Lima. Através do segundo documento é possível identificar não apenas a dinâmica de trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar do século XVIII, sendo essa inclusive uma forma de apresentar a escravidão para além das lavouras de café e compreender como poderia ser possível que homens e mulheres na condição de escravos pudessem se mobilizar, organizar e apresentar um documento com reivindicações e solicitações a serem cumpridas pelo

proprietário. A ideia é possibilitar refletir que para o bom funcionamento da dinâmica escravista era necessário que o sentido de negociação estivesse presente nas relações entre senhores e escravos, o que nos mostra a existência de um sistema que está para além do binômio trabalho/chibata. O terceiro documento, por fim, busca desnaturalizar a ideia de que a liberdade foi uma concessão da monarquia imperial, mas sim uma condição alcançada pela luta e resistência de africanos e seus descendentes ao longo do período de escravidão no país. Para tanto, o intuito é destacar a mobilização existente entre os escravizados no que diz respeito à liberdade, mencionando o processo da africana Liberata discutido e analisado por Grinberg³⁵ como exemplo que evidencia o sistema de escravidão muito além da repressão. O objetivo é apresentar a existência de diferentes estratégias utilizadas por homens e mulheres na condição de escravos para se tornarem libertos, bem como a existência de brechas na legislação que garantiam a possibilidade desses mesmos homens e mulheres de iniciarem e prosseguirem suas ações de liberdade. Acredito que a partir da contextualização da imagem e da problematização do caso de Liberata seja possível iniciar a desconstrução de que os escravos aguardavam inertes pelo momento de liberdade e que esta, tão pouco, se configurou como uma conquista da realeza.

A escolha destes documentos não se deu apenas em função de todos dialogarem com os conceitos de liberdade, língua e trabalho e possibilitarem a problematização em torno do trabalho escravo, da escravidão enquanto sistema e da experiência africana numa sociedade escravocrata, mas também de apresentarem a existência de um sistema escravista que não funcionou apenas no século XIX, nas fazendas do Vale do Paraíba fluminense com o cultivo e plantio de café, submetendo sua mão de obra à alienação e submissão completa.

Em seguida, se organizaria uma roda de jongo com o intuito de concretizar o que foi dito no vídeo pelas crianças, Toninho e Mãe Tetê no início da visita guiada, além de ser uma forma de reforçar a experiência africana durante o processo de

³⁵ GRINBERG, Keila. Op. Cit.

escravidão a partir das práticas culturais e de trabalhar o jongo como uma ferramenta cultural. capaz de nos dias de hoje apresentar o quilombo como um espaço aberto à sociedade, como um território de identidade e de valores. A roda seria aberta a todos, principalmente, aos visitantes.

Na última parte, a tradicional feijoada seria servida aos turistas como nos dias de festa e de tour histórico pelo quilombo. Cabe ressaltar que não há aqui o equívoco em limitar a culinária africana à feijoada, tão pouco em determinar que as comunidades remanescentes de quilombo têm que fazer uso da feijoada como comida característica da cultura africana. No quilombo de Santa Rita do Bracuí, por exemplo, o peixe é um alimento bastante utilizado pelos moradores, sobretudo, em função da região litorânea onde estão. Portanto, o cardápio proposto aqui já é preparado pelo quilombo São José e apresentado pelos remanescentes como um dos elementos identitários da comunidade e dos hábitos de seus antepassados.

Apontamentos

Nem este trabalho de pesquisa, tão pouco esta atividade, tiveram o intuito de chegar até aqui prontos e acabados. Pelo contrário. Há muito o que ser feito, discutido e repensado. No entanto, acredito ser esta mais uma importante contribuição para a produção e reflexão sobre a história pública no país, bem como nos estudos acerca do passado escravista e nos usos da memória e da história da escravidão no tempo presente. Vale dizer o quanto o ofício do historiador me instiga e atrai pela possibilidade de colaborar na construção de uma sociedade mais consciente de sua própria história e sensível ao mundo em que vive. E acredito que esta foi uma das principais inspirações que tive ao longo do processo de pesquisa, das reuniões de orientação e escrita.